

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CURSO DE PEDAGOGIA.

Luciane C. G. Ribeiro¹, Fátima Maria Neves², UEM/PR

Eixo temático nº 2 - História da profissão docente e das instituições escolares

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta comunicação gira em torno de temas que tratam da formação de profissionais da educação, no interior dos Cursos de Pedagogia. Estabelecemos como objetivo investigar a importância do campo disciplinar da História da Educação para a formação de professores, no interior dos mesmos e de forma sucinta no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Neste recorte também se insere o trabalho de Iniciação Científica, intitulado “A História da Educação Brasileira” (Processo nº 2389/2006) que se insere no eixo A construção da identidade do campo disciplinar da História da Educação, do Curso de Pedagogia, da UEM que, por sua vez, fomenta o Projeto de Estudos e de Pesquisas sobre a HISTÓRIA DOS CAMPOS DISCIPLINARES: investigações em torno da pesquisa e do ensino em História da Educação e Psicologia da Educação, no curso de Pedagogia da UEM (1973/2003), [Processo nº. 1848/2004], certificado no Diretório dos Grupos de Estudos e de Pesquisas do CNPq como GEPECADIS.

O encaminhamento dos estudos girou em torno do tema de pesquisa priorizando questões referentes à importância da disciplina de História da Educação na formação de professores, no interior do curso de Pedagogia da UEM de 1973 a 2003.

Com estes balizadores trabalhei na investigação e, na sequência, apresento algumas considerações sobre o objeto da pesquisa, pontuando questões sobre a historiografia e a formação docente no que se refere ao campo disciplinar.

A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

O curso de Pedagogia tem, dentre seus inúmeros objetivos, a formação de professores. Conforme Parecer CNE/CP nº: 5/2005:

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia, luciane_cgr@yahoo.com.br;

² Profª do Departamento de Fundamentos da Educação e do PPE (Programa de Pós-Graduação em Educação), fmneves@uem.br

(...) As Diretrizes Curriculares nacionais para o Curso de Pedagogia, a seguir explicitadas, levam em conta proposições formalizadas, nos últimos 25 anos, em análises da realidade educacional brasileira, com a finalidade de diagnóstico e avaliação sobre a formação e atuação de professores, em especial na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como em cursos de Educação Profissional para o Magistério e para o exercício de atividades que exijam formação pedagógica e estudo de política e gestão educacionais.

Percebe-se que um dos principais pontos presentes na área educacional está ligado à formação docente que nem sempre corresponde às expectativas sociais. Miguel G. Arroyo (2000), em “Ofício de mestre imagens e auto-imagens”, destaca que a manutenção e muitas das práticas pedagógicas utilizadas, por antigos mestres, deixaram suas marcas e algumas perduram até hoje. Outras foram aperfeiçoadas e incorporadas as atividades do magistério. Talvez, seja por isso que Arroyo (2000), não só enfoca como importabiliza o fato de sempre haver encontros entre os docentes, visando a troca de experiências, debates sobre salários, carreira e, até mesmo, a respeito de sua estabilidade profissional.

Para Arroyo (2000), outro fator muito importante é o que se relaciona a graduação e a pós-graduação, pois estes novos campos abertos levam os professores a buscarem especializações para aprimorarem seus conhecimentos. Até mesmo a troca de experiências com profissionais da área, também, os levam à construção social no que se refere ao campo educacional. O autor, também, deixa claro que os professores não devem se esquecer que fazem parte da história e da construção social e cultural da comunidade ao longo dos anos.

Neste contexto Cury (2001) lembra que quando, no Brasil, se começou a discutir a formação de uma rede de ensino primário, isso se fez com o a promulgação da primeira Lei de Instrução Pública, em 1827. Nesta Lei já estavam expostos alguns problemas na área e um deles relacionava-se aos conteúdos e as disciplinas, dois fatores muito importantes para o campo educacional.

Cury (2001) ressalta, ainda, que os anos passam e os desafios enfrentados pelos docentes ao longo dos anos são diferentes uns dos outros, uma vez que em um período, início do século XIX, enfrentava-se os desafios próprios de um país recém-independente, em outro, na atualidade, os das diferentes demandas das questões que envolvem as instâncias educacionais e os pesquisadores envolvidos nelas.

Inserido nos aspectos mais polêmicos da educação, o autor chama à atenção para o fato de que a LDB (9394/96) se refere à formação de docente e que vários secretários da

educação e governadores estão lendo a Lei, só que, infelizmente, interpretando-a de forma errônea. Pois se exige a formação em nível superior, mas ao mesmo tempo não são oferecidos aos professores vagas em Universidades Públicas, dessa maneira eles tem buscado sua formação em Instituições Privadas do Ensino.

Cury (2001) salienta que a LDB (9394/96), nada trouxe de acréscimo para a formação docente, apenas “falou” sobre a educação. O autor, também, lembra que as Universidades Públicas deveriam se preocupar mais com a formação, principalmente a docente, que nela se oferece, para que possa formar o profissional contemporâneo e atualizado.

É neste sentido que em quase 60 anos de existência do curso de Pedagogia, no Brasil, Silva (2003) destaca que existem várias ocasiões em que a trajetória do curso é reconstituída. Neste sentido a mesma autora ressalta que a história do curso de Pedagogia corresponde à história da questão de sua identidade, propriamente dito. Mas isso não quer dizer que o curso não a tenha, de acordo com Silva (2003), esta é apenas frágil e abalada em muitos momentos de sua história, pois se o curso existe, ele possui sua identidade.

Silva (2003) ressalta que, no Brasil, o curso de Pedagogia foi instituído por ocasião da Faculdade de Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, por meio do decreto-lei nº 1.190, de quatro de abril de 1939. Tendo em vista a dupla formação sendo estas de Bacharéis e Licenciados, para várias áreas de atuação, tendo como base sólida a formação pedagógica. Desta forma a didática foi instituída como “seção” especial e esta era composta apenas pelo curso de didática. Por isso de acordo com Silva (2003), no curso de Pedagogia, quem concluísse o bacharelado, teria conferido o diploma de bacharel em pedagogia e para os alunos que concluíssem o curso de didática, teria o diploma de licenciado no grupo de disciplinas que compunham o curso de bacharelado.

É neste sentido que Silva (2003) enfoca os problemas que o curso revela desde muito cedo e estes os acompanharam por longos anos. Pois formava-se um bacharel em pedagogia e não lhe era apresentado elementos que o auxiliasse na caracterização de sua profissão.

Pode-se perceber que o curso de Pedagogia desde sua criação sempre enfrentou muitos problemas, de acordo com Silva (2003), algumas alterações foram sendo realizadas em seu currículo dentre elas a do parecer nº 251/61, mas que muitos deles permaneceram intocados. A mesma autora destaca a idéia da extinção ou manutenção do curso que sustentou debates por algum tempo, a idéia de extinção vinha da acusação de falta de

conteúdo próprio, na medida em que a formação do professor primário deveria se dar ao nível superior e a de técnicos em educação em estudos posteriores ao da graduação.

A autora destaca ainda que o referido parecer não identifica o profissional a que se refere, apenas trata o assunto de maneira geral, estabelecendo que o curso de pedagogia destina-se à formação do “técnico em educação” e do professor de disciplinas pedagógicas do curso normal, por meio do bacharelado e da licenciatura.

É devido a esses fatos relacionados com questões da formação do profissional da educação que a autora discute em seu texto a respeito da reformulação do curso de pedagogia, pois segundo Silva (2003), apesar de contínuas tentativas de se conseguirem as mesmas, nas últimas décadas não se chegou a nenhum resultado conclusivo. Mas que apesar de todas essas tentativas e das divergências que existem no plano da Pedagogia, Silva (2003) lembra que a manutenção do curso tem sido justificada pelo argumento da especificidade de seu campo de estudo. Essa é a posição predominante nas discussões a respeito da reorganização do sistema de formação de educadores no Brasil, quando se trata de definir as funções do pedagogo a ser formado, e dessa forma se recoloca a polêmica acerca da identidade do curso.

Silva (2003) enfatiza que quando se pensa ter resolvido a questão com relação à identidade e tenta-se adequar a estrutura do curso às funções que ele deverá atender, o impasse ressurge e a polêmica se restabelece.

De acordo com o que foi exposto e que se relaciona com a formação docente nos cursos de Pedagogia de forma mais específica, apresento, na seqüência, um pouco sobre a história do curso na Universidade Estadual de Maringá (UEM), desde sua criação no ano de 1973 até 2003.

HISTÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA NA UEM

O curso de Pedagogia da UEM foi criado em 1973 e reconhecido pelo MEC em 30 de outubro de 1976- Decreto n.º 78.525, habilitando para docência nas Matérias Pedagógicas do Ensino Médio. Em 1978, começou a oferecer, também, as habilitações em Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Administração Escolar. O aluno concluía o curso em duas habilitações.

Em 1986, o Curso foi reformulado, passando a formar o Pedagogo em duas habilitações: Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio e Magistério da 1ª à 4ª séries do Ensino Fundamental. Em 1992, foi implantado o currículo em Regime Seriado

Anual, aprovado pela Resolução n.º 176/91-CEP. Esta reformulação consistiu apenas na adequação do funcionamento do currículo, de créditos para regime seriado anual.

No ano de 2000, foi implantada a habilitação Magistério em Educação Infantil, formando pedagogo em duas habilitações, sendo a de Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, básica para todos os acadêmicos.

Entendo que no interior do Curso de Pedagogia, a disciplina de História da Educação, sob diferentes formatos, atuou no sentido de auxiliar na consolidação do Curso e na problematização da formação de professores.

Tem-se a História da Educação, como campo disciplinar, tem sido amplamente discutida, e para nós, ganhou uma nova dimensão após os estudos de André Chervel (1990).

CAMPOS DISCIPLINARES E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Diretamente ligado ao campo educacional, mas na esfera internacional, o francês Chervel (1990) escreve em seu texto que, no século XIX, o termo disciplina ficou banalizado e acabou assumindo quatro formas de definições. A primeira designava vigilância, a segunda ginástica intelectual, na terceira a noção de disciplina passou do geral para o particular e na quarta o termo “disciplina” ficou designada como sendo genérica. O autor explica que em alguns lugares do mundo o termo disciplina reduziu-se a “metodologia” e o pedagogo, encarregado com sua pedagogia de lubrificar a “máquina escolar” e fazê-la girar. Segundo Chervel (1990), a disciplina escolar tem que ser reconhecida de um modo mais amplo, e não somente como abrangendo nada mais do que práticas docentes da aula, mas com as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina.

Chervel (1990) lembra que as disciplinas são o preço que a sociedade deve pagar a sua cultura para poder transmiti-la no contexto escolar. Acredita que desta forma a história das disciplinas escolares poderá desempenhar um papel importante não somente na História da Educação, como também na história cultural.

Chervel (1990) destaca que em torno de 1840 ocorreu o apogeu da formação humanista dada nos Colégios e nas Universidades. E, após este período começa a florescer a mudança, ou seja, a disciplina ainda que pareça, não é uma massa amorfa e inerte. Várias evoluções obrigaram a disciplina a se adaptar em face da transformação do público. Esta

transformação do público escolar, e daí os conteúdos de ensino são, sem dúvida, muito importante na História da Educação.

O autor também traz para debate a questão de que muitas disciplinas fracassaram, podendo ser a consequência deste fracasso a desestruturação interna das mesmas. E, é por esse motivo que ele alerta para que toda disciplina reveja sua estrutura ao cabo de trinta ou cinquenta anos de exercício.

A HISTORIOGRAFIA E O CAMPO DISCIPLINAR DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Clarice Nunes (1992) inspirada, em uma forma de praticar a História, distanciada da Filosofia, revela o intuito de mostrar a possibilidade de recriação de um dos objetos mais focalizados, mas pouco conhecidos da história da educação brasileira: a instituição escolar. Outro aspecto levantado é a retomada de velhos objetivos na História da Educação, sob uma nova ótica, desta forma surge uma nova questão: a demarcação de fronteiras entre a História da Educação e a História Cultural.

Nunes (1992) ressalta que a História da Educação brasileira tem primado por focalizar a escola sob a lente da legislação e da organização escolar, ou sob a lente das demandas de escolarização da sociedade brasileira, ou ainda sob a perspectiva do pensamento pedagógico ou do ideário. Segundo a autora a consequência teórica do deslocamento inicial e da expansão das fontes foi o descentramento da escola. Nunes (1992) afirma que muitas vezes olhamos a escola de fora, e este fator nos faz enxergar o caráter multifacetado do processo pedagógico no plano do conhecimento, no plano das pessoas e das instituições. E é sob este aspecto que surge a expectativa de organizar a população dentro das escolas. Os educadores comprometidos com a organização escolar pretendiam molda-la na intenção de um futuro, de um sonho, uma vez que este exigia um grande esforço ideologizador por parte dos mesmos.

Nunes (1992) deixa bem claro que apesar das exigências feitas pelo Departamento de Educação, os professores tinham diversas medidas que apontavam para sua valorização profissional. Uma delas era a inserção do curso de formação de professores no nível universitário, além da valorização da carreira docente.

Com o intuito de conseguir melhorar a educação, que surgiram novas tentativas como a Estatística que se tornou instrumento privilegiado para elaboração de normas preventivas e corretivas que foram gradativamente deslocadas da escola para a família.

Todo este trabalho foi de grande valia, uma vez que este permitiu o trabalho em conjunto entre casa e escola. Nunes (1992) esclarece que esta atitude beneficiou o campo educacional, que todo este trabalho desenvolvido foi muito importante, porque foi desta forma que aos poucos as pessoas foram começando a demonstrar um maior interesse pelo ato de ler. Nas escolas os alunos eram orientados durante suas leituras, mesmo nas bibliotecas havia orientação durante a leitura.

De acordo com Nunes (1992), se pode observar a relação entre as fórmulas jurídicas e as relações de poder implícitas no conjunto dos movimentos sociais, em que as oscilações traduzem até nos dias atuais uma multiplicidade não só de visões de mundo, mas também de interesses em disputa.

A mesma autora ainda expõe que as linhas gerais, aqui, demonstradas fazem entender que a construção de um estilo de vida urbano na sociedade brasileira, pela ótica da escola, ainda é uma história a ser escrita a muitas cabeças e mãos que resgatem a peculiaridade das práticas urbanas e do papel da escola dentro delas.

No que se refere a este estudo Nunes (1990), se interessa muito acerca dos temas e problemas relacionados à disciplina História da Educação, e de uma maneira mais específica sobre as fontes que dizem respeito ao assunto estudado, que na maioria das vezes não correspondem às necessidades do pesquisador. Nunes (1990), ressalta que deveria haver documentos que proporcionem um maior número de informações referentes à História da Educação.

Referindo-se a este aspecto disciplinar, temos novamente Chervel (1992) destacando em seu texto que o estudo dos conteúdos do ensino [primário e secundário] raramente suscitou o interesse dos pesquisadores ou do público. E só recentemente, tem-se manifestado uma tendência, entre os docentes em favor de uma história de sua própria disciplina. Além da falta de registros referindo-se a construção disciplinar da História da Educação.

É também Chervel (1990), que ressalta questões sobre o ensino das matérias ensinadas, simultaneamente, no mesmo estabelecimento constituindo em cada época uma rede disciplinar que não deixa de exercer uma influência mais ou menos forte sobre cada um dos seus constituintes. E, neste mesmo texto o autor escreve que a historiografia do ensino deu crédito à idéia de que a disciplina é a mesma coisa que essa mensagem que um adulto transmite às crianças. Desta forma o autor conclui que as disciplinas escolares intervêm igualmente na história cultural da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. *Conversas sobre o Ofício de Mestre*. Ofício de Mestre Imagens e auto imagens. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000, p.17-26.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Os desafios da formação docente*. Educar, Curitiba, n.18, p.221-230, 2001. Editora da UFPR.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexão sobre um campo de pesquisa. *Teoria e educação*, 2, 1990, p. 177-229.

NUNES, Clarice. História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetivos. *Teoria & Educação*, nº 6, 1992, p. 1-28.